

Persiste a alta desigualdade de renda no Município de São Paulo

Muito se tem noticiado sobre a mudança positiva no quadro de distribuição de renda no País ocorrida na década passada, fruto não só da retomada do crescimento econômico, mas, sobretudo, das políticas sociais de transferência de renda e de valorização do salário mínimo vigente. De fato, a análise da evolução do Coeficiente de Gini da Renda Domiciliar *per capita*¹, principal instrumento utilizado para esta mensuração, revela um acentuado declínio de seus índices para o País a partir de 2001, indicando melhora na distribuição dos rendimentos.

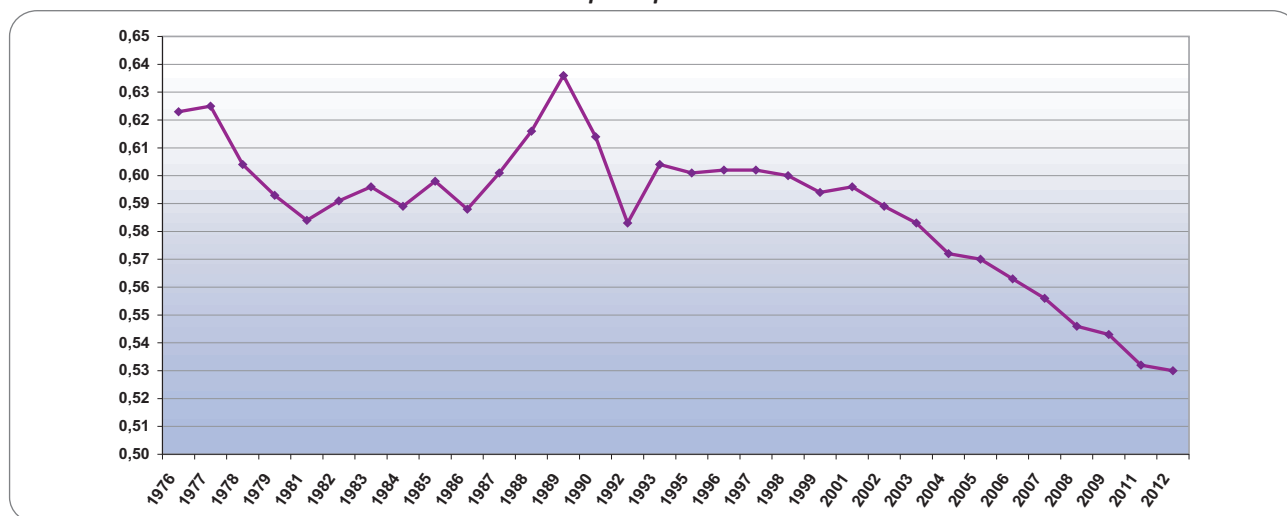
O Coeficiente de Gini busca captar numa escala de 0 a 1 o grau de concentração de renda, onde zero significa a perfeita igualdade na distribuição, e 1 a máxima concentração.

No contexto municipal, todavia, não há a possibilidade de um acompanhamento contínuo (anual) deste indicador,

dado que informações detalhadas sobre a distribuição de renda dos residentes de cada município somente são obtidas a cada 10 anos, quando da realização dos censos demográficos pelo IBGE. Assim, com a divulgação dos resultados do último censo, de 2010, abriu-se a oportunidade de analisar as mudanças no perfil de distribuição para os municípios e verificar quais se ajustaram à tendência apontada acima e quais foram exceções à regra.

Dados apresentados no portal “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013”² cobrindo as informações dos municípios brasileiros coletadas nos últimos três censos demográficos revelam que, se entre os anos de 1991 e 2000 observou-se um agravamento na concentração de renda, entre 2000 e 2010 houve uma substancial melhora, conforme Gráfico 2.

Gráfico 1 - Coeficiente de Gini da Renda Domiciliar *per capita*. Brasil.



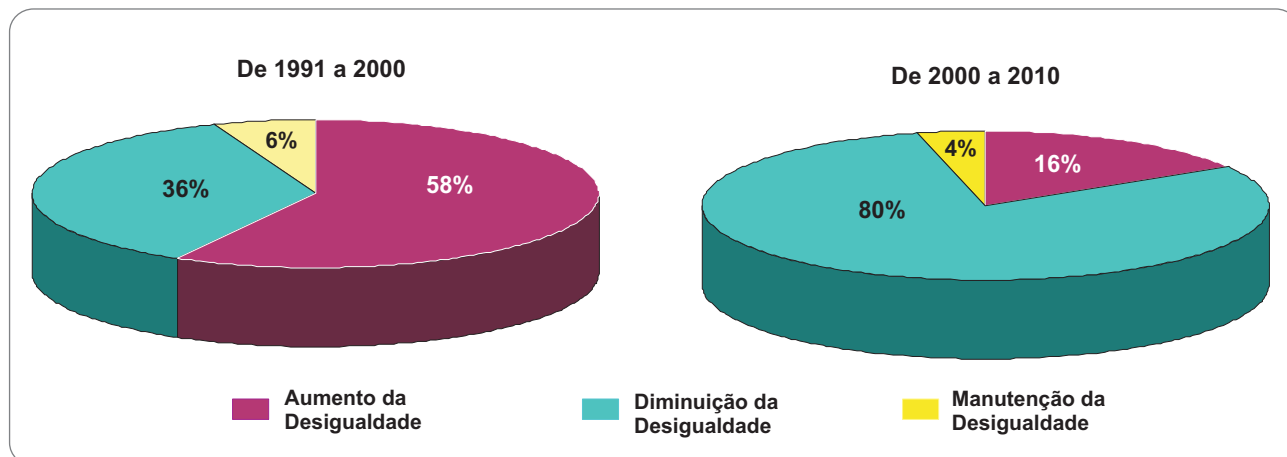
Fonte: IPEADATA, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/ IBGE)

Elaboração: SMDU / Deinfo

¹ Ver nota conceitual sobre o indicador em BVS - Biblioteca Virtual em Saúde: “Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*”. Disponível em <http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=B.9&lang=pt&version=ed5>

² Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 - PNUD/ IPEA/ Fundação João Pinheiro. Disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>

Gráfico 2 - Mudanças no Perfil da Distribuição de Renda nos Municípios Brasileiros.



Fonte: IPEA/ Fundação João Pinheiro/ PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Elaboração: SMDU/ Deinfo

Embora possíveis diferenças na coleta de dados entre os censos possam comprometer as comparações referentes a informações de rendimentos, bem como pequenas alterações nos índices de desigualdade calculados não necessariamente indiquem mudanças na distribuição de renda, é significativo constatar que dos 5.565 municípios analisados, cerca de 3.553, ou 63,85% deles, apresentaram 'Ginis' iguais ou maiores em 2000, comparativamente a 1991.

Na década seguinte, houve reversão dessa tendência: 4.432 municípios (79,64%) apresentaram diminuição dos coeficientes, muitas vezes chegando a índices menores que os calculados em 1991. Somente 394 (7,08%) apresentaram aumento na concentração de renda nos dois períodos e o Município de São Paulo pertence a este conjunto, com Índices de Gini passando de 0,56 em 1991, para 0,61 em 2000 e subindo para 0,62 em 2010³.

No caso de São Paulo, não há consenso sobre as causas deste fenômeno e este Informe pretende abrir a discussão sobre o tema, apresentar dados quanto ao comportamento dos diferentes estratos sociais sob a ótica de seus rendimentos e, sobretudo, localizar no contexto intraurbano, os espaços homogêneos e aqueles desiguais quanto ao perfil de distribuição de renda.

Inicialmente, deve-se lembrar que o Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade e, portanto, não mede o bem estar ou a riqueza das pessoas, mas somente o grau de concentração, ou seja, pode haver manutenção ou piora da distribuição sem agravamento do poder de compra de qualquer dos estratos sociais, bastando, por exemplo, que todos tenham aumentado igualmente sua renda ou que os mais ricos a tenham elevado acima dos demais. Todavia, a abordagem do tema leva quase que espontaneamente à questão da pobreza, à indagação sobre se houve ou não agravamento da situação das camadas mais vulneráveis da população.

De acordo com os dados apresentados no Atlas, houve no município um aumento percentual dos domicílios em condição de pobreza entre 1991 e 2000, e uma diminuição significativa entre 2000 e 2010 nos 3 níveis considerados: domicílios 'extremamente pobres', com renda mensal *per capita* de até R\$ 70,00 em valores de agosto de 2010; domicílios 'pobres', com renda *per capita* de até R\$ 140,00; e 'vulneráveis à pobreza', com renda *per capita* de até R\$ 255,00. Também houve melhora, em termos reais, no rendimento médio dos estratos mais pobres, com exceção dos 'extremamente pobres', cujo rendimento médio caiu abaixo do nível apresentado em 1991.

³ De acordo com o Atlas, o Município de São Paulo apresenta diminuição na desigualdade quando considerados somente os rendimentos provenientes do trabalho dos maiores de 18 anos.

Tabela 1 - Proporção de Domicílios por Condição de Pobreza. Município de São Paulo - 1991, 2000 e 2010.

Condição de Pobreza	(%)		
	1991	2000	2010
Domicílios extremamente pobres	1,58	1,72	0,92
Domicílios pobres	6,29	7,39	4,27
Domicílios vulneráveis à pobreza	19,53	20,87	14,69

Fonte: IPEA/ Fundação João Pinheiro/ PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Elaboração: SMDU/ Deinfo

Portanto, de acordo com os dados apresentados, pode-se dizer que a manutenção da desigualdade na última década, expressa pelo Coeficiente de Gini, ocorreu apesar da queda da participação dos domicílios considerados pobres e do pequeno aumento do rendimento médio da maioria deles.

Aliás, não só os estratos mais pobres, mas vários estratos de renda podem ter melhorado suas condições uma vez que o município como um todo apresentou aumento contínuo de seu rendimento *per capita*, que passou de R\$ 1.050,76 em 1991, para R\$ 1.216,54 em 2000 e atingiu R\$ 1.516,21 em 2010.

Feitas estas observações, caberia agora analisar o outro lado da questão, ou seja, o comportamento e a distribuição dos estratos de maior rendimento no território paulistano e, neste caso, inclusive o 1% de maior rendimento *per capita*.

Dessa forma e levando-se em conta que as informações apresentadas no Atlas limitam-se ao corte dos 10% mais ricos, utilizou-se a base de domicílios da amostra dos Censos de 2000 e 2010 para ampliar a análise e apresentar o peso relativo dessas duas faixas superiores de rendimento (1% e 10%) em contraposição à metade mais pobre da população, cujos resultados são sintetizados na Tabela 3.

De acordo com os dados, na última década aumentou de modo significativo a proporção dos rendimentos totais destinada ao 1% mais favorecido da população paulistana - grupo formado majoritariamente por habitantes das Subprefeituras de Pinheiros e da Vila Mariana (Tabela 4). Se, no ano 2000, o grupo respondia por 13,03% do total dos rendimentos, ao final da década, sua participação elevou-se para 20,45%.

A participação dos 10% com maiores rendimentos, por sua vez, passou de 47,95% para 53,68% no mesmo período,

Tabela 2 - Renda per capita por Condição de Pobreza. Município de São Paulo - 1991, 2000 e 2010.

Condição de Pobreza	(R\$ Ago/2010)		
	1991	2000	2010
Renda per capita média dos extremamente pobres	42,66	46,36	37,5
Renda per capita média dos pobres	93,21	93,09	96,12
Renda per capita média dos vulneráveis à pobreza	166,28	160,43	174,23

Fonte: IPEA/ Fundação João Pinheiro/ PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Elaboração: SMDU/ Deinfo

Tabela 3 - Participação dos estratos na renda total. Município de São Paulo - 2000 e 2010.

Estrato	2000	2010
os 1% de maior renda	13,03%	20,45%
os 10% de maior renda	47,95%	53,68%
os 50% de menor renda	11,65%	10,57%

Fonte: Censo IBGE; Elaboração: SEMPLA/ CDEC

indicando que este patamar de crescimento deve-se, sobretudo, à participação do 1% de maior renda, pois sem este estrato, a participação dos mais ricos mostraria decréscimo de 1,69 %, passando de 34,92% para 33,23%. Por outro lado, a metade menos favorecida – constituída principalmente por moradores das Subprefeituras de Capela do Socorro, M'Boi Mirim e Campo Limpo – recebeu somente 11,65% da renda apropriada pelos paulistanos no início do período examinado e, ao final deste, sua participação caiu para 10,57%, ratificando o quadro de desigualdade no município.

Esses resultados, especialmente o acentuado crescimento da participação do centil superior, devem ser observados com cautela, uma vez que a amostra coletada em 2010 é muito menor do que a do Censo de 2000 e o risco de representação excessiva dos casos mais raros - por exemplo, os domicílios muito ricos - é maior na pesquisa mais recente. Contudo, o crescimento revelado pela comparação das duas pesquisas é bastante evidente e, apesar das ressalvas, pode ser considerado significativo na composição da desigualdade em São Paulo.

As Subprefeituras paulistanas onde se concentram os domicílios de maiores e menores rendimentos são apontadas na Tabela 4 a seguir, ressaltando que, também do ponto de vista espacial, não há mudanças expressivas no perfil da desigualdade no município. O Gráfico 3, por sua vez, mostra o percentual de habitantes de cada Subprefeitura em comparação à proporção de seus respectivos rendimentos no município, ressaltando os desequilíbrios entre população e renda no território.

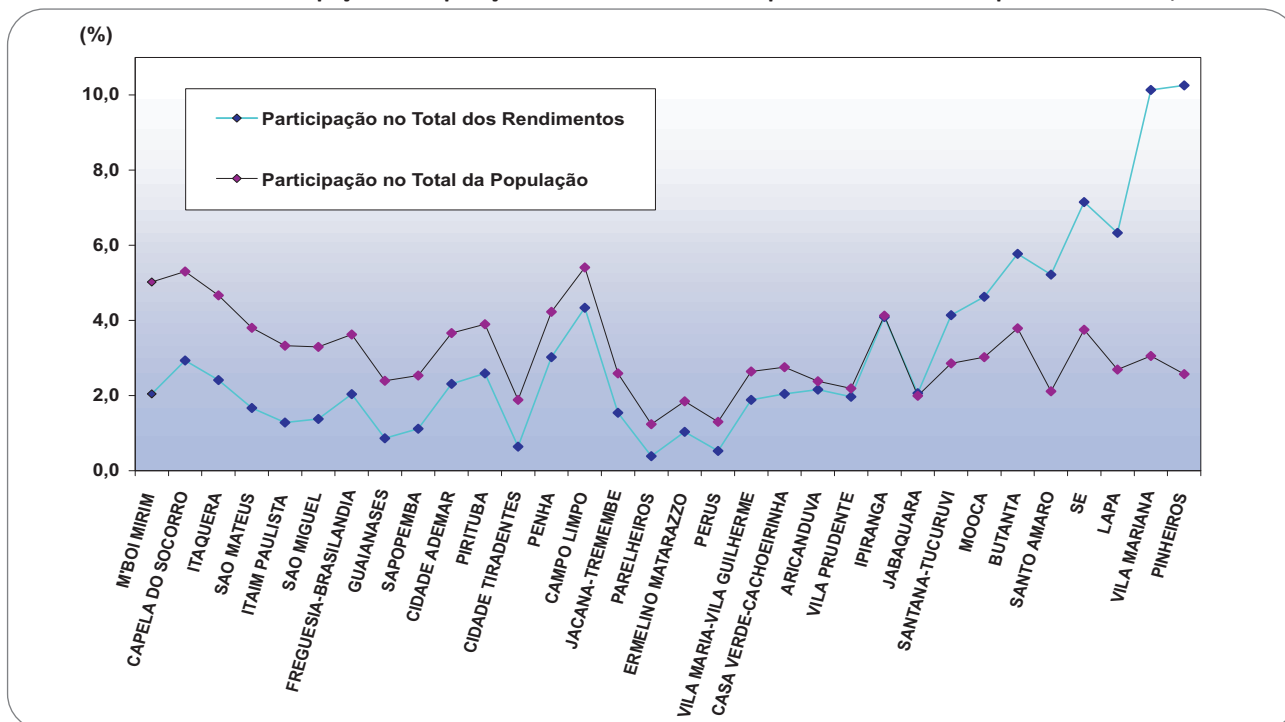
Tabela 4 - Onde vivem os paulistanos pertencentes a cada estrato. * Município de São Paulo, 2000 e 2010.

	Subprefeitura	2000	Subprefeitura	2010
1% mais favorecido	Pinheiros	25,80%	Pinheiros	23,49%
	Vila Mariana	17,20%	Vila Mariana	18,64%
	Sé	12,37%	Sé	9,79%
	Butantã	8,36%	Butantã	9,05%
	Lapa	7,40%	Lapa	8,40%
	Outras	28,87%	Outras	30,63%
10% mais favorecidos	Pinheiros	14,26%	Vila Mariana	14,63%
	Vila Mariana	13,98%	Pinheiros	13,85%
	Sé	10,13%	Lapa	9,43%
	Lapa	8,03%	Sé	9,42%
	Santo Amaro	7,13%	Butantã	7,14%
	Outras	46,47%	Outras	45,53%
50% menos favorecidos	Capela do Socorro	7,22%	M'Boi Mirim	6,90%
	M'Boi Mirim	6,53%	Capela do Socorro	6,70%
	Campo Limpo	6,09%	Campo Limpo	6,48%
	Itaquera	5,58%	Itaquera	5,41%
	Vila Prudente/Sapopemba	5,35%	São Mateus	5,05%

Fonte: Censo IBGE; Elaboração: SEMPLA / CDEC

* Proporções da renda total da cidade das quais se apropriaram os segmentos determinados na Tabela.

Gráfico 3 - Hiato de Participação da População nos Rendimentos. Subprefeituras do Município de São Paulo, 2010.



Fonte: IBGE. Censo 2010; Elaboração: SMDU/ Deinfo

O Coeficiente de Gini das Subprefeituras

Com relação ainda às Subprefeituras, deve-se assinalar que pobreza e riqueza convivem em diversas situações, muitas vezes em espaços próximos e em condições extremadas, como por exemplo, no caso paradigmático de Paraisópolis e seu entorno, localizados no distrito de Vila Andrade, zona sul do município.

Por outro lado, espaços bastante homogêneos quanto ao padrão socioeconômico de seus habitantes dominam largas porções do território, como no distrito Cidade Tiradentes, situado no extremo leste da cidade.

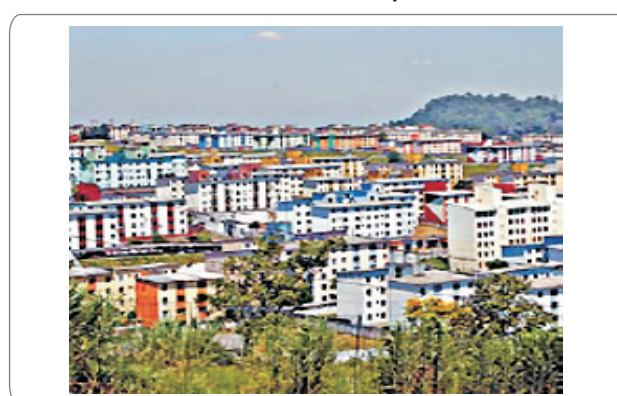
Considerando essa grande diversidade que marca o território paulistano nas Subprefeituras municipais, pretende-se aqui apresentar um exercício de tipificação de áreas intraurbanas, de acordo com o perfil de distribuição dos rendimentos de seus residentes, através do Coeficiente de Gini do rendimento domiciliar mensal *per capita*.

Foto 1 - Paraisópolis. Município de São Paulo.



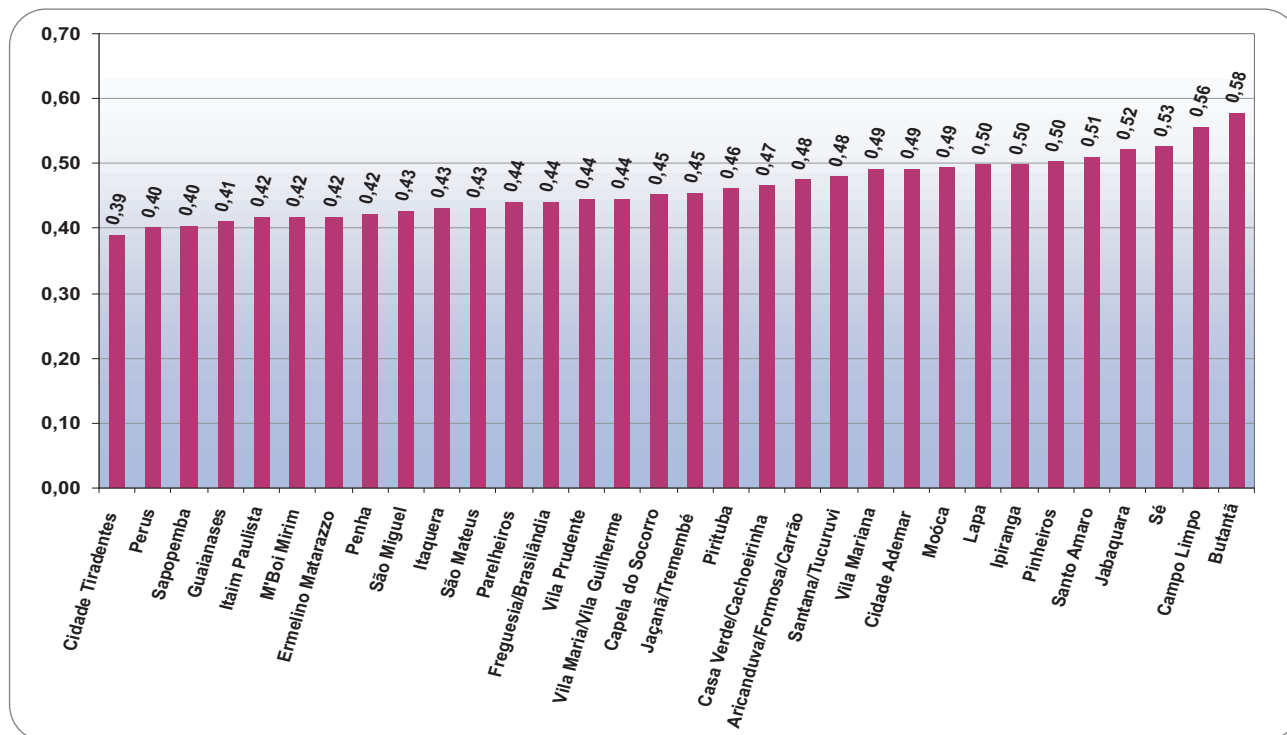
Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo.

Foto 2 - Cidade Tiradentes. Município de São Paulo.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo.

Gráfico 4 - Coeficiente de Gini do Rendimento Domiciliar per capita. Subprefeituras do Município de São Paulo, 2010.



Fonte: IBGE. Censo 2010; Elaboração: SMDU/ Deinfo

Todavia, antes de apresentar os cálculos para as Subprefeituras paulistanas, realizados com base nos dados da amostra do Censo Demográfico de 2010, deve-se observar que algumas dificuldades foram encontradas em decorrência dos problemas existentes na coleta de informações sobre rendimentos, constatadas pelo próprio IBGE⁴.

Em primeiro lugar, de acordo com aquele Instituto, o aplicativo de coleta do Censo 2010 não incluía um código específico para o registro da categoria “rendimento ignorado” e, em um grande número de domicílios, os recenseadores optaram por registrá-los como “sem rendimentos”, ou seja, com rendimento domiciliar igual a zero. Após a verificação de que havia pouca variação quanto à participação dos domicílios sem rendimentos no total de cada Subprefeitura, sua inclusão no cálculo foi considerada adequada, uma vez que a possível superestimação dos resultados afetaria a todas igualmente.

De outro lado, alguns *outliers*, no contexto de uma

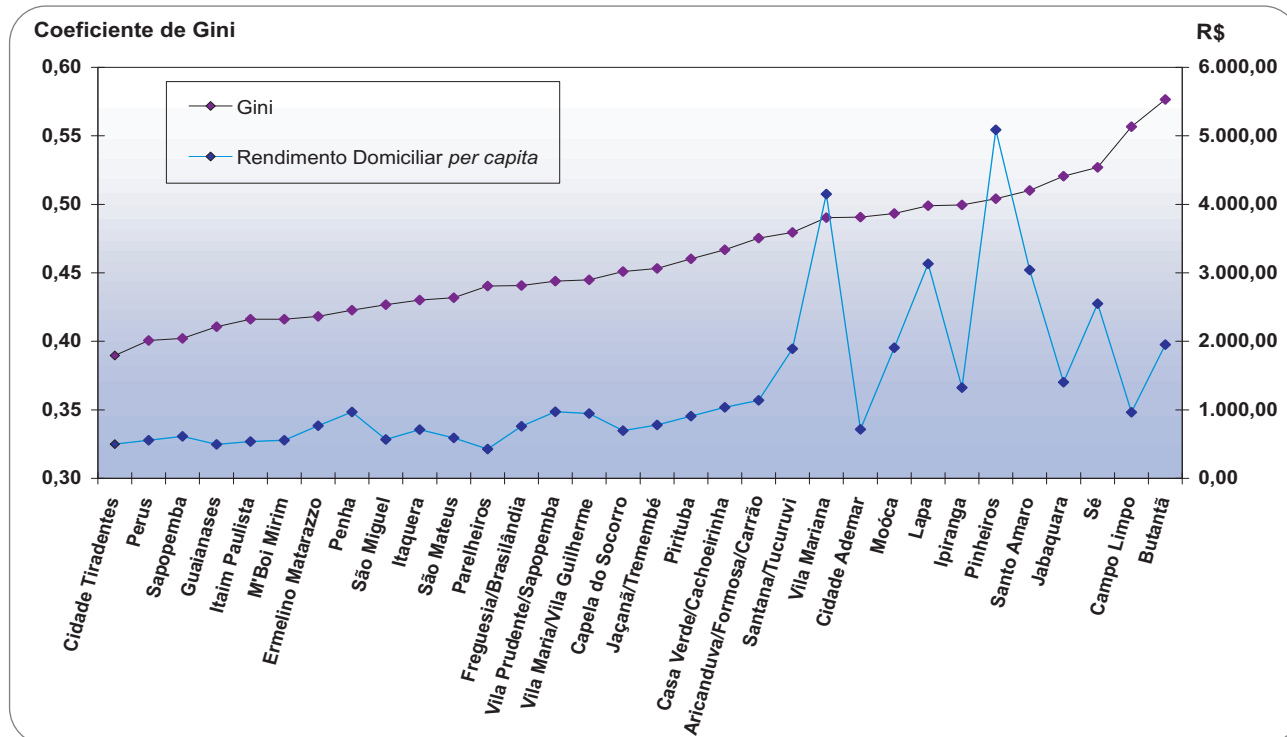
pesquisa amostral, podem comprometer severamente os cálculos e estimativas populacionais, uma vez que deixam de ser simplesmente pontos fora do padrão para, devido a seu peso amostral, serem fatores influentes no sentido de produzirem resultados tendenciosos. De fato, valores extremados foram encontrados no topo da distribuição de rendimentos domiciliares em várias Subprefeituras e, por conseguinte, optou-se por excluir dos cálculos valores superiores à média dos 10% mais ricos de cada uma delas. Observadas tais ressalvas calculou-se o Gini para as 32 Subprefeituras paulistanas.

Como se pode observar no Gráfico 4, a Subprefeitura Cidade Tiradentes, localizada no extremo leste da cidade, apresentou o padrão mais homogêneo na distribuição dos rendimentos, retratando um espaço constituído por conjuntos habitacionais bastante uniformes e planejados para moradia da população de baixa renda. Essa região - o extremo Leste - destaca-se quando consideradas as Subprefeituras com menores índices de desigualdade, pois oito dos dez menores índices foram aí encontrados.

⁴ Ver: *Estudos e Tratamento das Variáveis de Rendimento no Censo Demográfico 2010*.

Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Estudo_e_tratamento_rendimentos.pdf

Gráfico 5 - Coeficiente de Gini e Rendimento Domiciliar per capita. Subprefeituras do Município de São Paulo, 2010.



Fonte: IBGE. Censo 2010 - Pesquisa Amostral; Elaboração: SMDU/ Deinfo

Em contrapartida, no outro extremo da cidade (região Oeste) encontram-se as Subprefeituras com os maiores índices de desigualdade: Butantã e Campo Limpo. Butantã se destaca por ter um território extenso, compreendendo distritos bastante distintos como Raposo Tavares e Rio Pequeno, com menores rendas, em oposição a Vila Sônia, Butantã e Morumbi, de rendas mais elevadas.

Campo Limpo, por sua vez, abarca três distritos: Capão Redondo, caracterizado por população de baixa renda; Campo Limpo, mais diversificado e Vila Andrade que mescla, lado a lado, o mais alto padrão de renda do município com uma das maiores favelas paulistanas, Paraisópolis⁵.

De modo geral, notam-se padrões ligeiramente mais igualitários somente nas áreas mais pobres e periféricas da cidade, não havendo, portanto, Subprefeituras “ricas”, ou seja, regiões administrativas com predomínio exclusivo de estratos de alta renda. Nesse sentido, o Gráfico 5 revela um pouco das características díspares das Subprefeituras paulistanas.

Nota-se à esquerda do referido Gráfico, um grupo significativo de Subprefeituras que aliam, em termos relativos, baixos Ginis e baixos níveis de renda. Dele fazem parte Cidade Tiradentes, Perus, Sapopemba, Guaianases, Itaim Paulista, M'Boi Mirim, Ermelino Matarazzo, Penha, São Miguel, Itaquera, São Mateus, Parelheiros, Freguesia/Brasilândia. À direita, as Subprefeituras de Butantã e Campo Limpo, apesar de apresentarem distintos níveis de rendimento médio, se destacam tanto pela sua proximidade geográfica como por seus elevados índices de concentração.

Alguns outros agrupamentos poderiam ser identificados a partir da semelhança nos resultados observados: Vila Mariana e Pinheiros, por exemplo, conciliam alto padrão de renda e relativamente altos índices de desigualdade; Lapa e Santo Amaro estabelecem sua afinidade pelos níveis médio-altos de renda e de concentração. Vila Prudente, Vila Maria/Vila Guilherme, Jaçanã/Tremembé e Pirituba, apesar de não terem proximidade territorial entre si, apresentam rendas e Ginis médio-baixos.

⁵ Paraisópolis ocupa uma área aproximada de 1 milhão de m² e tem população estimada em torno de 50 mil habitantes.

Com relação às restantes, não há uma clara identificação da classe ou grupo a que pertenceriam, pois dependendo das faixas adotadas na análise, poderiam ser enquadradas em dois ou mais grupos.

Dessa maneira, em que pesem as dificuldades de comparação das informações de renda entre os dois últimos censos demográficos, pode-se afirmar que não houve alteração significativa no quadro de desigualdade da distribuição de rendimentos no Município de São Paulo na última década. Isso se deu tanto em relação à composição dos estratos quanto ao território, havendo indícios de maiores ganhos relativos nos estratos de renda mais altos, sobretudo o 1% mais rico, o que poderia estar associado à pequena elevação do Coeficiente de Gini observada nesse período. Se não houve melhora no padrão de distribuição da renda entre os domicílios paulistanos, é possível constatar um arrefecimento na tendência ao aumento da desigualdade que fora observada durante o período de 1991 a 2000. Os dados também indicaram que as Subprefeituras onde as rendas são mais bem distribuídas estão localizadas nas franjas da cidade, sobretudo no extremo leste, onde reside uma população de baixa renda, ilustrando o fato de que nem sempre baixos índices de desigualdade estão relacionados a melhores condições de vida.

Referências:

BARROS, Luiz F. W.; MIRANDA JUNIOR, Américo V. S.; DUARTE, Luciano T. e REIS SANTOS, Alexandre. 2012. "Estudos e Tratamento das Variáveis de Rendimento no Censo Demográfico 2010" Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/ SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

HOFFMANN, Rodolfo. 1998. "Distribuição de Renda - Medidas de Desigualdade e Pobreza". EDUSP.

HOFFMANN, Rodolfo. 2001. "Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco". In: L. Dowbor e S. Kilsztajn (orgs.), Economia social no Brasil. São Paulo: Senac.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Fernando Haddad
Prefeito

Fernando de Mello Franco
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Tereza Beatriz Ribeiro Herling
Secretária Adjunta

Weber Sutti
Chefe de Gabinete

Tomás Wissenbach
Diretor do Departamento de Produção e Análise de Informação

André de Freitas Gonçalves
Diretor da Divisão de Análise e Disseminação

Informes Urbanos

Elaboração

José Benedito de Freitas
José Marcos Pereira de Araujo

Equipe Técnica

Marcos Toyotoshi Maeda
Tokiko Akamine

Colaboração

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Leda Maria Paulani
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Ana Waksberg Guerrini
Coordenadoria de Estudos Econômicos

Equipe Técnica (SEMPA)

Bruno Hofig
Carla Capucho Chiarentin
Renata Porto Bugni

Diagramação

Carla Garcia de Oliveira

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos